

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
MARANHÃO - TJMA
PROGRAMA COMEÇAR DE NOVO**



**RELATÓRIO ANUAL
2014**

Programa Começar de Novo

Endereço: Rua do Egito, Nº 166, Centro, São Luís – MA, CEP: 65.010 - 190

Fone (98) 3231-7555

Coordenador Geral

Des. José de Ribamar Froz Sobrinho

Coordenador Executivo

Ariston Apoliano Chagas Júnior

Chefe da Divisão do Programa Começar de Novo

Ana Lúcia Ramos Araújo

Equipe Técnica

Jercenilde Cunha Silva – Assistente Social

Flávia Miranda Costa – Assistente Social

Apoio Administrativo

José Henrique Santos Sá Sobrinho

APRESENTAÇÃO

Este relatório registra o resultado das ações planejadas e realizadas no exercício de 2014 à luz do Plano de Ação elaborado pela Equipe do Programa, considerando as competências delegadas à Divisão do Começar de Novo.

Constituíram-se foco do plano, as ações voltadas à emissão de documentação civil básica, qualificação profissional e inserção de apenados no mercado de trabalho.

Os dados registrados compreendem o período de 02 de janeiro a 30 de dezembro de 2014, o que pode demonstrar certa incompatibilidade de alguns dados registrados no Relatório Anual da UMF, visto que este apresenta dados até novembro do referido ano.

As Ações apresentadas consideram os Projetos executados pela Divisão do Programa Começar de Novo, onde se faz uma análise do alcance a partir das ações e estratégias que foram viabilizadas.

Inicialmente apresenta-se brevemente o conteúdo da ação, as estratégias que foram implementadas, os resultados alcançados e os elementos que facilitaram ou dificultaram a ação.

Nas considerações finais, apresenta-se breve análise do alcance dos resultados e perspectivas para o planejamento de 2015.

1. O PROGRAMA COMEÇAR DE NOVO

O Programa Começar de Novo foi instituído pela Resolução Nº 96 de 27 de outubro de 2009 do Conselho Nacional de Justiça/CNJ, como **Projeto**, com o objetivo de “promover ações educativas, de capacitação profissional e de reinserção no mercado de trabalho”. (Art. 2º, Resolução 96/2009).

No § 1º do mesmo Artigo, registra que – “O projeto será implementado com a participação da Rede de Reinserção Social, constituída por todos os órgãos do Poder Judiciário e pelas entidades públicas e privadas, inclusive Patronatos, Conselhos da Comunidade, universidades e instituições de ensino fundamental, médio e técnico profissionalizantes”.

Com a criação da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário – UMF no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, instituída a partir da Lei Nº 9.551/2012, com atribuições, dentre outras de “apoiar as ações dos Projetos Começar de Novo e Advocacia Voluntária (Inciso VIII do Art. 1º.), é criada na estrutura da UMF a Divisão do Começar de Novo.

Dado o caráter de continuidade das ações a serem implementadas no âmbito do COMEÇAR DE NOVO, este passa à denominação de Programa, com planejamento próprio, o qual é incorporado no conjunto das ações da Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário – Tribunal de Justiça.

A Divisão do Programa Começar de Novo/DCN – desenvolve três projetos, essencialmente vinculados à implementação das Ações propostas na Resolução Nº 96/2009, quais sejam: documentação, qualificação profissional e inserção de apenados no mercado de trabalho.

2. AÇÕES REALIZADAS PELO PROGRAMA COMEÇAR DE NOVO

2.1. Documentação Básica

No eixo da Documentação o **PROGRAMA COMEÇAR DE NOVO** tem no seu escopo a competência de desenvolver ações que contribuam para o acesso da população carcerária e egressa do sistema prisional à documentação civil básica, condição necessária para o ingresso de apenados nas demais ações articuladas pelo

Programa: qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho.

A Ação de Documentação se viabiliza por meio de parcerias com órgãos da administração pública responsáveis pela emissão desses documentos a exemplo do Instituto de Identificação, VIVA Cidadão, Receita Federal, 27ª Circunscrição de Serviço Militar e Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social. Este último, como órgão que apóia esta ação com o custeio de fotos, quando necessárias.

Conta-se ainda com apoio do Fundo de Reparelhamento do Judiciário – FERJ, responsável pelo custeio da emissão da 2ª via de certidões de nascimento, quando solicitadas aos cartórios da capital e do interior.

O Programa Começar de Novo utiliza como estratégia para o alcance dessa Ação, a realização de Semanas de Documentações nas Unidades Prisionais e os atendimentos internos encaminhados pela Vara de Execução Penal, SEJAP e/ou demanda espontânea, onde através de um Cadastro no Programa, realizado pela equipe técnica, são identificadas as demandas do apenado e dada a orientação e encaminhamento necessário.

Para a efetivação da ação, algumas atividades foram adotadas como estratégias para garantir os resultados esperados, dentre estas, reuniões e visitas institucionais. No que se refere às reuniões, registram-se 07, com pauta exclusiva sobre documentação de apenados/as e/ou de seus filhos/as:

- **Dia 10/01** – Reunião com equipe do Viva Cidadão, SEJAP e Começar de Novo para tratar sobre as Semanas de Documentação previstas para 2014;
- **Dia 14/01** – Reunião com a Coordenação do Viva Cidadão, com a participação da SEJAP, SEDHIC, para discutir estratégias que potencialize a ação de documentação nas unidades prisionais;
- **Dia 12/02** – Reunião SEJAP para tratar dos detalhes da semana de documentação prevista para o período de 17 a 21 de fevereiro – somente emissão de RG com uso do método off line – no complexo de Pedrinhas;
- **Dia 17/03** – Reunião com a Juíza Auxiliar da Corregedoria Geral – Oriana Gomes – de Justiça para tratar sobre o registro de nascimento de filhos/as de apenados/as;
- **Dia 20/03** – Reunião na SEJAP com diretores das unidades para tratar da semana de documentação e apresentação das juízas da 1ª Vara de Execução Penal;
- **Dia 11/04** – Reunião com gerência do Viva Cidadão para tratar da ação de documentação do mês de abril;

- **Dia 23/10** – Reunião na Defensoria Pública com Defensor para tratar de emissão de registro tardio de criança filho de apenado.

Foram realizadas ainda **209 visitas** institucionais para tratar de documentação conforme segue:

- **115 visitas aos cartórios** para solicitação de 2ª via de certidões de nascimento de apenados e/ou verificação de pendências quanto à emissão desses documentos, incluindo além das 05 serventias de São Luis, Paço do Lumiar e São José de Ribamar;
- **39 visitas ao Instituto de Identificação/SSPMA** para alinhamento das ações de documentação, sobretudo quando estas ações foram realizadas com equipe alternativa e método off line ou ainda para tratar sobre a busca da ficha de identificação de apenados que já tiraram RG. Este procedimento foi adotado pelo Instituto como estratégia para facilitar a emissão do RG de apenados que não dispõem no momento da Certidão de Nascimento, bem como, para facilitar a busca da Certidão de Nascimento junto aos cartórios.
- **30 visitas à Receita Federal** para entrega de ofícios e/ou tratar das pendências sobre emissão, busca e regularização de CPF's solicitados;
- **07 visitas à Corregedoria da Justiça**, para tratar de procedimentos relacionado à registro de nascimento tardio de filhos/as de apenado/a;
- **02 visitas à 27ª Circunscrição do Serviço Militar** para alinhar procedimentos sobre a emissão desse documento, de forma a facilitar o acesso ao público do programa;
- **10 visitas às unidades prisionais** para entrega de documentação ou para discutir com as assistentes sociais das unidades pendências e dificuldades na busca de certidões de nascimento, ou ainda, para divulgar o trabalho do Programa Começar de Novo. Em algumas ocasiões nestas visitas a equipe do Programa Começar de Novo fez atendimento direto aos apenados/as na perspectiva de colher informações mais precisas para a busca de certidões de nascimento;
- **02 visitas ao Núcleo da Defensoria Pública** para tratar das demandas encaminhadas pelo Programa Começar de Novo;
- **02 visitas à Igreja da Penha e em 02 escolas** de ensino fundamental do Bairro Ano da Guarda em busca de informações sobre dados de Certidão de Nascimento de apenados/as.

Dentro desse mesmo eixo, documentação básica, direito fundamental de todo cidadão brasileiro, aliou-se outra grande ação, prevista no planejamento 2014, com a perspectiva de garantir o direito político da pessoa privada de liberdade em condição de provisório/a. Tal ação denominada “**Voto do Preso Provisório**”.

Cabe ressaltar que neste relatório adotar-se-á a definição “**Voto da Pessoa Presa na Condição de Provisório/a**” visto que o alcance da ação envolve também as mulheres presas nessa condição.

2.1.1. Voto da pessoa presa

As ações voltadas à garantia do “voto do preso provisório” se iniciaram com a apresentação do Projeto – **Seção Especial de Presos Provisórios e o Voto em Transito** – no XXXIII Encontro dos Corregedores de Goiânia, pelo Desembargador José Ribamar Froz Sobrinho.

A apresentação desse Projeto, trouxe para a Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário, em particular para a Divisão do Programa Começar de Novo, a responsabilidade de planejar e articular ações que dessem suporte à emissão do título eleitoral e/ou re-cadastramento das pessoas presas na condição de provisórias.

A primeira estratégia adotada foi o agendamento de uma reunião em **27/01** na – UMF com a Juíza Auxiliar da Presidência do TRE, Dr^a Ana Lucrécia, para tratar do projeto “Voto do Preso Provisório”.

Na perspectiva de garantir o êxito da ação, várias reuniões e contatos foram realizados com a equipe do TRE com definição de estratégias, dentre estas:

1. Avaliação da situação do processo, para identificar se não havia condenação em processos anteriores. Responsabilidade imputada à SEJAP que contou com o apoio incondicional da Divisão Jurídica da UMF;
2. Levantamento da necessidade de documentação básica necessária à biometria e/ou primeira inscrição dos/as devidamente identificados/as como provisórios/as a ser realizada pelo serviço social das unidades prisionais;
3. Conhecimento da decisão do/a preso/a quanto à mudança de domicílio eleitoral, sobretudo daqueles oriundos de outros municípios.

Para efetivação dessa ação foram adotadas estratégias, dentro da UMF, com o apoio da Divisão Jurídica no sentido de:

- Mapear as unidades prisionais com maior número de presos provisórios, bem como, o acompanhamento mensal da quantidade de presos nessa condição;
- Acompanhar periodicamente a situação dos presos provisórios, quanto ao andamento do processo e/ou sentença.

Com base nestes dados, foi realizado pela Divisão do Começar de Novo o levantamento de dados (filiação e data de nascimento) de **1.048 presos provisórios** da Região Metropolitana (São Luis, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa), nos sistemas Juris Consult e SIISP bem como, a consulta no site do TRE, para identificar quem já possuía o título e a situação eleitoral.

Esse levantamento serviu também para solicitação da ficha de identificação junto à Secretaria de Segurança Pública, visando facilitar a emissão de RG para aqueles que não tinham o documento e/ou busca da certidão de nascimento.

Ao lado disso a Divisão do Programa Começar de Novo iniciou um processo intenso de articulação com os parceiros da Ação de Documentação para realização de ações de documentação nas unidades prisionais do Complexo Penitenciário, Olho d'Água e Anil. Paralelamente foi articulado com o Viva Cidadão de Caxias e Pedreiras para atendimento aos apenados das unidades prisionais desses municípios.

Complementarmente, foi realizada a capacitação de servidores da Unidade de Monitoramento e do Conselho da Comunidade, para apoiar as ações da biometria nas unidades prisionais, que contou com implantação de 02 Kits nas unidades – Centro de Detenção Provisória e Presídio São Luis I, para atender as demais unidades com pessoas presas na condição de provisória, mediante o deslocamento/escolta destas até as unidades citadas.

Todo esse esforço culminou com a biometria de apenas **51 presos/as** provisórios/as, embora maior número tivesse apto a votar dada a sua condição de provisório/a, entretanto não demonstraram interesse no processo, em particular aqueles com domicílio eleitoral no interior do estado.

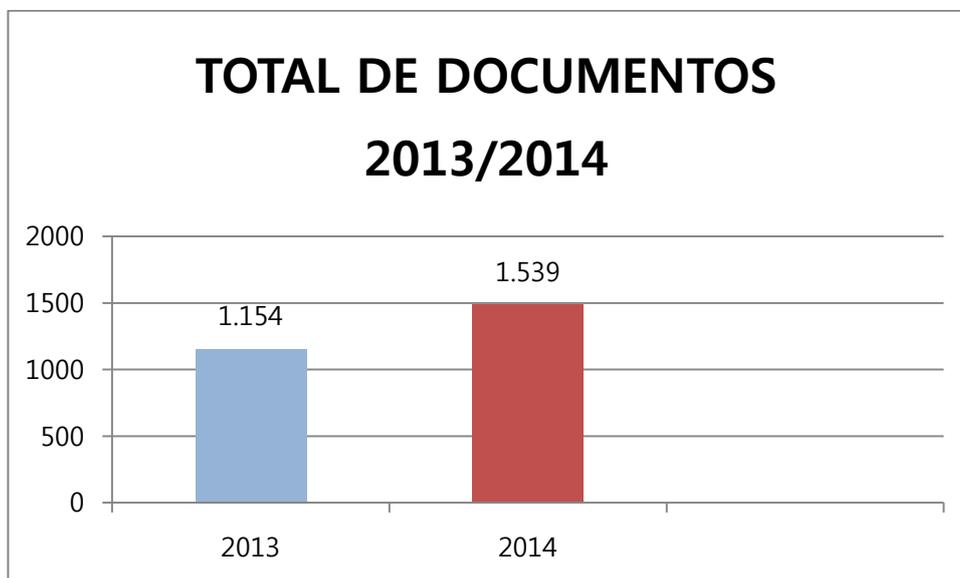
Desse quantitativo, no dia da eleição a lista do TRE apresentou **48** pessoas presas na condição de provisório/a aptas a votar, mas somente **24** foram localizados/as no Complexo Penitenciário de Pedrinhas; **12** compareceram ao local de votação no 1º turno e somente **01** apenado compareceu ao local de votação no 2º turno.

É relevante destacar que nesta Ação algumas dificuldades se colocaram como preponderantes para o não alcance do resultado esperado a exemplo de falta de

interesse dos presos em realizar a biometria, principalmente por implicar na mudança de domicílio eleitoral para muitos; mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, trabalhadores/as rurais e pescadores/as não manifestaram interesse na biometria, face às implicações dessa alteração de domicílio eleitoral e na sua condição de beneficiário/a e/ou segurado especial da previdência social; número reduzido de agentes para realizar a escolta dos detentos, bem como, número reduzido de profissionais de serviço social nas unidades e em tempo integral, frente às demandas da ação, dado que a interlocução do Programa Começar de Novo, é substancialmente com esses profissionais.

O resultado final da Ação de Documentação, considerando o período de janeiro a dezembro de 2014 foi a emissão de 1.052 documentos, dentre estes, 2ª Via de Certidão de Nascimento (116); Carteira de Identidade (365); Carteira de Trabalho (204); Cadastro de Pessoa Física (122); Certificado de Dispensa de Incorporação do Serviço Militar (194) e recadastramento biométrico com emissão do título de leitor (51).

Somam-se a estes documentos emitidos, 132 Certidões Negativas, dada a não localização de Certidões de Nascimento solicitadas e 355 buscas e regularização de CPF, totalizando assim **1.539** (Hum mil, quinhentos e trinta e nove) documentos.



O dado de 2014 comparado ao exercício de 2013 apresenta um acréscimo de 25% no número de documentos emitidos através da parceria do Programa com os órgãos responsáveis pela emissão de cada documento.

A ação do Começar de Novo no tocante ao acesso à documentação, mais

recentemente, tem ampliado seu atendimento à família dos apenados, sobretudo aqueles que estão reclusos, realizando a busca da certidão de nascimento dos/as filhos/as, por motivo de perda e extravio, bem como, articulando com a Corregedoria para orientações quanto à emissão de registro de seus filhos ou ainda, com encaminhamento das mães aos Programas **PAI PRESENTE** executado pela Defensoria Pública do Estado e o **PROGRAMA RECONHECER É AMAR** executado pelo Tribunal de Justiça. Isso tem possibilitado que filhos/as de apenados possam usufruir o direito de visitar seus pais na unidade prisional e assim fortalecer o vínculo familiar.

2.2. Inserção no Mercado de Trabalho

O Estado do Maranhão dispõe da Lei Nº **9.116/2010**, aprovada em janeiro de 2010, que instituiu a Política Estadual de Inserção de Egressos do Sistema Prisional no mercado de trabalho. Tal Lei determina no seu Artigo 3º “As empresas interessadas em contratar com o Estado do Maranhão, em quaisquer modalidades licitatórias, além das demais exigências legais, deverão ter em seus quadros de empregados egressos do sistema prisional”. Apesar deste dispositivo legal, esta inserção de egressos e apenados no mercado de trabalho se constitui o grande desafio na execução do Programa Começar de Novo, tendo em vista, sobretudo o não cumprimento da respectiva lei.

Para dar conta dessa ação, vários momentos ocorreram envolvendo um conjunto de atores direta ou indiretamente ligados à questão, visando discutir estratégias que viabilizem esse direito à população carcerária, dada a compreensão de que, é pelo trabalho que o homem se reproduz socialmente e considerando a população em foco, é pelo trabalho que se vislumbra a possibilidade de rompimento com as práticas delituosas.

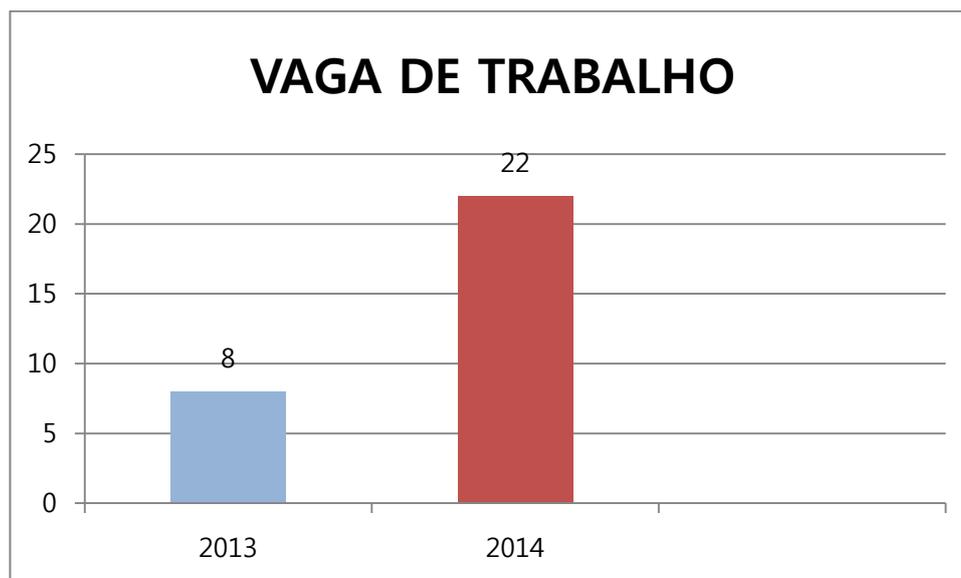
Foram **15 reuniões** realizadas com a participação da Divisão do Programa Começar de Novo, na perspectiva de contribuir para a inserção de apenados no mercado de trabalho:

- **Dia 16/01** – CRISBEL – Reunião com o Diretor da Empresa para tratar do cumprimento da Lei 9.116/2010 com a presença da SEJAP;
- **Dia 28/01** – Reunião na Divisão de Licitação e Contratos/TJMA com Presidente da Comissão de Licitação para tratar do cumprimento da Lei 9.116/2010 e verificar as empresas com contratos vigentes;

- **Dia 29/01** – Visita ao Diretor Administrativo do TJMA (gestor dos contratos vigentes) para alinhar procedimentos quanto ao cumprimento da Lei 9.116/2010;
- **Dia 05/02** – Reunião com Diretor da CAEMA para tratar sobre as licitações da Empresa e discutir formas de acessar as informações sobre as empresas licitantes, com vistas ao cumprimento da Lei 9.116/2010;
- **Dia 10/02** – Reunião com representante do SINE para discutir a possibilidade deste órgão intermediar as vagas disponibilizadas pelas empresas licitantes com o Estado;
- **Dia 07/03** – Reunião com Empresário proprietário da **PG. Mineração e Engenharia** para entrega da lista de pessoas selecionadas para as vagas de trabalho disponibilizadas e alinhar a forma de encaminhamento dos selecionados;
- **Dia 10/03** – Participação na reunião do Grupo de Monitoramento realizada na Escola de Gestão da SEJAP tendo como ponto de pauta a Lei 9.116/2010, onde saiu como indicativo a constituição de um Grupo de Trabalho “Vaga de Trabalho” para estudo e possível revisão da lei de forma a torná-la mais efetiva;
- **Dia 18/03** – Reunião na Empresa Lastro Engenharia para discutir sobre a assinatura de novo Termo de Convênio;
- **Dia 20/03** – Reunião com representantes da **PG. Mineração e Engenharia** para apresentação da Minuta do Termo de Parceria e tratar do **SELO DO COMEÇAR DE NOVO**;
- **Dia 28/03** – Participação em reunião realizada no Centro Administrativo com parceiros da SEJAP, Defensoria Pública do Estado e representante do governo do Estado para alinhar procedimentos para o cumprimento da Lei 9.116/2010;
- **Dia 22/04** – Participação em reunião na Comissão Central de Licitação – CCL com a presença do Presidente da Comissão; de representante do Governo no Comitê de Enfrentamento à Crise do Sistema Carcerário; Defensoria Pública e Coordenação Executiva da UMF, para discutir estratégias de cumprimento da Lei 9.116/2010;
- **Dia 23/05** – Reunião com Grupo de Trabalho da Lei 9.116/2010, que na ocasião definiu pela elaboração de uma minuta para alteração da respectiva lei;
- **Dia 16/07** – Reunião com setor de Licitação do Tribunal de Justiça para tratar do cumprimento da Lei 9.116/2010;
- **Dia 21/07** – Reunião com a Defensora Pública para assinatura do Termo de Parceria com a PG Mineração;

- **Dia 31/07** – Reunião com representantes da Empresa MASAN, Alimentação e Serviços para tratar da parceria entre o Começar de Novo e a respectiva Empresa.

Quanto à efetiva inserção de apenados no mercado de trabalho, em 2014 foram inseridos **23 apenados** (sendo 15 na área da construção civil e 08 em empresas de prestação de serviços). Nestas vagas incluem-se as captadas pela SEJAP e 16 captadas pelo Programa Começar de Novo.



Esse dado representa um avanço de 36% em relação à 2013, entretanto, traduz **baixa inserção** se considerado o número de 243 apenados que buscaram o Programa Começar de Novo em 2013/2014 também na expectativa de uma oportunidade de trabalho. Isso se deve a não observância da existência da lei e seu devido cumprimento.

Para contribuir na efetivação desse direito, o **GT** de Vaga de Trabalho, apresentou uma minuta que altera a Lei 9.116/2012 – texto de autoria do Defensor Público Bruno Dixon, membro do GT – encaminhada à Casa Civil, que por sua vez materializou-se no Projeto de Lei Nº 223/2014. Em 10/12/2014 foi publicado no Diário da Assembléia o Parecer Nº **340/2014** da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em anexo) favorável ao teor do referido projeto, que está no aguardo de votação do plenário da Assembléia Legislativa.

Nessa ação foi solicitado o Selo do Programa Começar de Novo ao CNJ à Empresa MASAN e aguarda-se sua emissão.

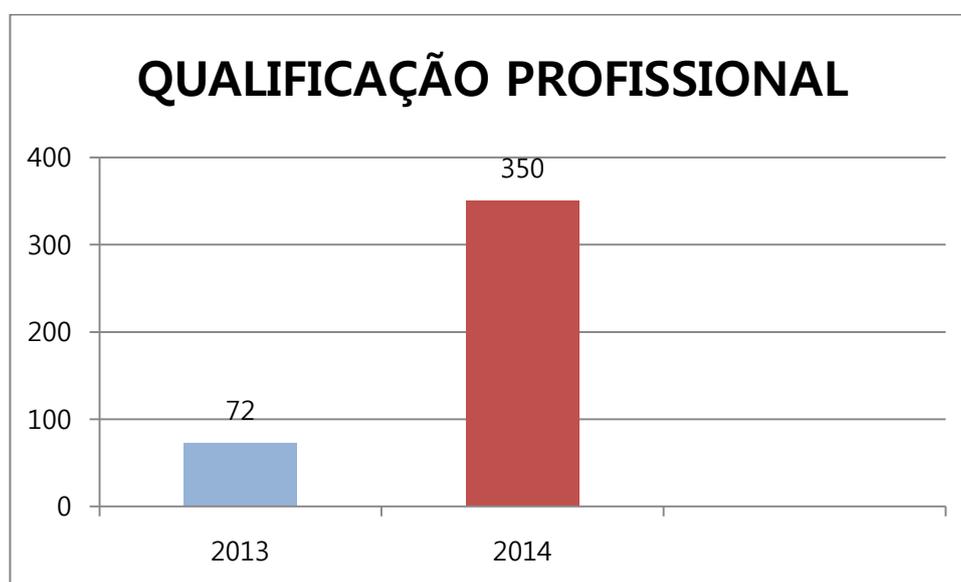
2.3. Qualificação Profissional

No tocante à qualificação profissional, esta ação se materializa sobretudo pelo monitoramento dos dados fornecidos pelo Núcleo de Trabalho e Renda, responsável pela inserção de apenados nos cursos ofertados pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – **PRONATEC**, bem como, pela articulação do Programa Começar de Novo com as instituições capacitadoras, visando ampliar as oportunidades de qualificação profissional da população egressa do sistema carcerário ou em cumprimento de medida alternativa, dentre as quais se destacam **08 reuniões** com o fim de discutir a questão:

- **Dia 07/01** – SEJAP – reunião com a Coordenação de Trabalho e Renda e Coordenação de Educação da SEJAP para tratar sobre o Aditivo do Termo de Parceria assinado com a FIEMA e as demandas de cursos de qualificação para 2014;
- **Dia 15/01** – FIEMA – Reunião com a SEJAP, FIEMA e DCN para tratar sobre a oferta de cursos de qualificação pelo PRONATEC e através do Termo de Parceria entre FIEMA/TJ/DPE/SEJAP;
- **Dia 28/01** – Escola Penitenciária – reunião articulada pela Secretaria da Mulher com a participação da SEJAP e Começar de Novo para tratar sobre a implantação do Projeto “Juntando os Pedacos” a ser executado na Unidade Prisional Feminina;
- **Dia 29/01** – Reunião na FIEMA com a participação da SEJAP e Começar de Novo para apresentação das demandas por cursos de qualificação e alinhar formas de intervenção junto ao MEC para ampliação das vagas do PRONATEC destinadas ao Maranhão.
- **Dia 14/02** – Reunião com SENAC para reforçar a parceria entre essa Instituição, SEJAP e Programa Começar de Novo. Na ocasião foi apresentado pelo órgão o Programa SENAC Gratuidade – PSG como mais uma possibilidade de inserção de egressos nos cursos ofertados pela respectiva instituição que poderá ser acessado pelo site www.ma.senac.br/psg.
- **Dia 12/09** – reunião com a equipe da 2ª Vara de Execuções Penais – setor de Articulação Interinstitucional – para tratar sobre demanda de capacitação de apenados em cumprimento de medidas alternativas. Nesta reunião saiu como encaminhamento que o Programa Começar de Novo solicitaria junto ao SENAC uma pauta para propor/discutir esta demanda apresentada pela 2ª VEP;

- **Dia 25/09** – Reunião com Diretor Regional do SENAC com a presença da equipe da 2ª Vara de Execuções Penais para discutir a possibilidade de treinamento direcionado a apenados em cumprimento de medidas alternativas, considerando as demandas das instituições parceiras da 2ª Vara. Nesta reunião foi acordado que a parceria seria formalizada através de Termo específico para esse fim;
- **Dia 08/10** – Participação em reunião realizada no SENAC com a Equipe da VEP para formatar a capacitação – periodicidade, número por turma e número de capacitandos por turma.

Nesta ação apresentam-se os seguintes dados:



A intensificação do PRONATEC dentro das Unidades Prisionais, ação coordenada pelo Núcleo de Trabalho e Renda da SEJAP e a implantação do Projeto “Juntando os Pedacos” sob a execução da Secretaria de Estado da Mulher, possibilitou que esse número evoluísse em 79% com relação a 2013, porém um dado ainda pouco expressivo, frente ao total de presos condenados dentro das unidades prisionais, que até dezembro de 2014 era de 2.302 presos sentenciados¹.

Desta forma, o número de presos sentenciados em processo de qualificação profissional representa apenas 15% do total de presos das unidades prisionais.

¹ Dados disponibilizados pela Divisão Jurídica conforme atualização realizada em dezembro de 2014.

2.4. Medidas Socioeducativas

A lei que cria a Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário institui como sendo de sua competência o acompanhamento ao sistema de execução das medidas socioeducativas, expresso no seu Art. 1º, Incisos I, III, V, VI, IX. Nesta linha a equipe do Programa Começar de Novo incluiu no seu Plano de Ação para 2014, ações voltadas ao Monitoramento das obras de reforma e construção de novas unidades, bem como informações sobre a execução das medidas em meio fechado.

Nesta lógica, a equipe do Programa participou de reuniões e eventos que trataram das medidas socioeducativas conforme seguem:

- **Dia 06/02** – Reunião na 2ª Vara da Infância, para buscar informações das Medidas Socioeducativas. Na ocasião foi reiterado a solicitação de apoio à equipe para atualização do Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei;
- **Dia 07/03** – Reunião com equipe da 2ª Vara da Infância e Juventude para apresentação do servidor da UMF que seria cedido para dar suporte à alimentação do Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei;
- **Dia 07/04** – Participação na reunião do Grupo de Monitoramento no Centro Administrativo do TJ com a pauta específica sobre Medidas Socioeducativas;
- **Dia 11/04** – Reunião para tratar de saúde mental de adolescentes em conflito com a Lei. Esta reunião surgiu como necessidade apontada na reunião de 07/04, dada as dificuldades enfrentadas pelos órgãos responsáveis pelo cumprimento das medidas socioeducativas;
- **Dia 29/05** – Participação na Audiência de Conciliação (realizada na sala de Audiência da 2ª Vara da Infância e Juventude – Fórum Desembargador Sarney Costa) sobre as medidas adotadas pelo governo do Estado para minimizar as questões relacionadas à falta de vagas para cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade;
- **Dia 04/12** – Reunião com a Coordenadoria da Infância e Juventude para repasse de informações sobre as MSE em meio fechado e início de diálogo para que essa Coordenadoria gradualmente assumira a competência de monitorar os dados sobre a efetivação ou não do SINASE no Estado.

Ainda na perspectiva de contribuir com o aperfeiçoamento do Sistema Socioeducativo, a UMF cedeu 01 servidor por um período de 30 dias para atualização do Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei, meta integralmente cumprida.

Complementarmente a essas informações, a FUNAC encaminhou relatório com informações referentes às obras e reformas, com a presente situação até o final de 2014:

- a) Centro da Juventude Canaã - Internação Provisória – obra em curso, com capacidade para 42 adolescentes, orçada no valor de R\$ 3.502.846,00, custeado com recurso do BNDES, com prazo de entrega da obra em dezembro 2014;
- b) **Centro da Juventude Florescer – Unidade Feminina** - obra em curso, com capacidade para 15 adolescentes, sendo 10 vagas para a medida de internação e 05 vagas para a internação provisória, orçada no valor de R\$ 1.246.145,00, custeado com recurso do BNDES, com prazo de entrega em dezembro 2014;
- c) **Centro da Juventude Semear – Internação Provisória Masculina e Feminina** – melhoria das instalações físicas da Unidade, com capacidade para 30 adolescentes, no valor de R\$ 119.761,88, recurso oriundo do Governo do Estado. Não foi informado se já estava em funcionamento, porém as fotos apresentam o antes e o depois, dando a idéia de conclusão.
- d) **Prédio da FUNAC localizado no bairro do São Cristovão** – destinado a adolescentes com medida de internação, capacidade para 20 adolescentes, valor da obra R\$ 946.461,00 recurso do BNDES, com prazo previsto para dezembro de 2014.

NOVAS UNIDADES

- e) **Centro da Juventude Eldorado** – locação e adaptação de imóvel localizado no Jardim Eldorado - São Luís/MA, destinado para a medida de internação masculina, com capacidade para 35 adolescentes em funcionamento desde o dia 01 de setembro de 2014;
- f) **Casa de Semi-liberdade Nova Jerusalém: em 22 de maio de 2014, a FUNAC transferiu os** adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa de semi-liberdade do Bairro do Monte Castelo para um imóvel localizado no bairro Jardim Eldorado, São Luís/MA, ampliando-se o atendimento de 12 para 20 adolescentes. Segundo mesmo Relatório a estrutura do novo imóvel segue os parâmetros do

Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo de 2006;

- g) Centro Socioeducativo da Região Metropolitana – em construção** no município de Paço do Lumiar, com capacidade para 70 adolescentes, com 42 vagas para a medida de internação e 28 vagas para a internação provisória, orçada no valor \$ 11.647.792,00, com recurso do BNDES, previsão de entrega até dezembro de 2015.
- h) Centro Socioeducativo da Região Tocantina – Centro Socioeducativo Regionalizado de Internação e Internação Provisória**, localizado no Município de Imperatriz, **em construção**, com capacidade para 70 adolescentes (42 para a internação e 28 para internação provisória) orçado no valor de R\$ 11.647.792,00, custeado com recurso do BNDES e Governo do Estado, com previsão de entrega até dezembro de 2015.

Com esses dados, foi apresentada a tabela abaixo que demonstra o quadro de vagas do atendimento socioeducativo restritivo e privativo de liberdade no Estado do Maranhão antes do Decreto Nº 29.899 de 28 de março de 2014 (Decreto que declarou Estado de Emergência do Sistema Socioeducativo no Maranhão) e o quadro atual - até dezembro de 2015, após as providências para curto, médio e longo prazo, com a conclusão das obras em 2015.

QUANTIDADE DE VAGAS NO SOCIOEDUCATIVO DO MARANHÃO			
SÃO LUÍS	Antes do Decreto de Emergência	Atualmente	Até 2015
Internação Masculina	12	47	131
Provisória Masculina	30	50	70
Semi-liberdade	12	20	20
Internação e Internação Provisória Feminina	09	12	15
Sub total São Luís	63	129	236
IMPERATRIZ	Antes do Decreto de Emergência	Atualmente	Até 2015
Internação Masculina	00	00	42
Provisória Masculina	30	30	58
Semi-liberdade	12	12	12

Sub total Imperatriz	42	42	112
Total Geral	105	171	348

Desta forma, caberá em 2015, acompanhar essas informações sobretudo no que se refere às Unidades em construção com previsão de entrega para o referido ano.

3. DIVULGAÇÃO/ARTICULAÇÃO

A equipe do Programa Começar de Novo, além de executar as ações próprias do escopo da sua concepção instituída na Resolução 96/2009, em 2014 também participou de ações voltadas à divulgação do Programa e ou articulação com outros órgãos para potencializar suas ações, ou ainda de seminários e debates relacionados ao público atendido pela equipe:

Desta forma participou de **17 reuniões** em diferentes espaços, com pautas diversas conforme segue:

- **Dia 13/01** – SEJAP – reunião para discutir a elaboração de um Plano conjunto de enfrentamento à crise do Sistema Carcerário (Manhã);
- **Dia 13/01** – SEJAP – reunião para elaboração do Planejamento conjunto dentro do eixo de ressocialização (Tarde);
- **Dia 03/02** – Reunião do Grupo de Monitoramento realizada no Centro Administrativo do Tribunal de Justiça com a apresentação do Plano de Atividades da UMF para 2014;
- **Dia 17/03** – Reunião com representante do Núcleo de Monitoramento ao Egresso em Geral – NUMEG/SEJAP nessa UMF para troca de informações sobre o trabalho do Núcleo e o Programa Começar de Novo;
- **Dia 15/04** – Reunião do Grupo de Trabalho do NUED - Projeto Mosaico na Escola de Gestão Penitenciária;
- **Dia 28/04** – Reunião do Comitê de Mulheres Presas na Escola de Gestão Penitenciária;
- **Dia 05/05** – Participação na Reunião do Grupo de Monitoramento, com a Temática: Sistema de informação de execução penal;

- **Dia 22/05** – Participação na reunião sobre Sistemas, realizada no Centro Administrativo;
- **Dia 02/06** – Participação da equipe na Reunião do Grupo de Monitoramento, com a pauta sobre ***Sistema de Identificação de Presos***;
- **Dia 16/06** – Participação na reunião da UMF, SEJAP e Instituto de Identificação para apresentação do fluxo do sistema de identificação de presos nas unidades prisionais;
- **Dia 27/06** – Reunião com presidente da Cooperativa de Trabalho para apenados de Aracaju;
- **Dia 15/07** – Reunião com Secretária Municipal da Criança e Assistência Social – SEMCAS para tratar sobre o apoio da SEMCAS para os casos de apenados e/ou pessoas em Medida de Segurança que necessitam de acolhimento institucional. (Ver Relatório desta Reunião);
- **Dia 04/08** – participação na reunião do Grupo de Monitoramento com pauta sobre Saúde Mental;
- **Dia 16/10** – reunião com a equipe da 2ª Vara de Execuções Penais e o Juiz Fernando Mendonça para tratar sobre a atribuição do Programa Começar de Novo quanto à questão da documentação dos presos que forem atendidos na Central de Inquéritos;
- **Dia 24/10** – reunião com Secretário Adjunto de Administração Penitenciária, Sr. Kécio Rabelo para tratar do acolhimento e transporte de egressos do Sistema Carcerário provenientes de outros municípios;
- **Dia 07/11** - Reunião na 2ª VEP com a equipe multidisciplinar (VEP e NUMEG) para tratar da atuação do Começar de Novo na Central de inquérito ;
- **Dia 13/11** - Reunião na Escola de Gestão com a equipe do NUMEG, DPE, SEJAP, para apresentar o que cada parceiro tem a contribuir no processo de Ressocialização.

Sob a mesma lógica de fortalecer e aprimorar suas ações, a equipe participou de alguns eventos de relevância para sua atuação no interior da UMF.

- I Conferência Estadual de Políticas Penitenciárias do Maranhão;
- Apresentação do Programa Começar de Novo, em evento promovido na Unidade Prisional Feminina pela Secretaria de Estado da Mulher através do projeto “Juntando os Pedacos” na Unidade Prisional Feminina;

- Palestra “Animação de Rede Social: A importância do Trabalho em Rede no Sistema Penitenciário do Estado do Maranhão” atividade da **III Semana Maranhense de Execução Penal**, promovida pela Defensoria Pública do Estado;
- Lançamento do Projeto “**Juntando os Pedacos**”, realizado na Penitenciária Feminina, promovido pelo Núcleo Educacional para referência e capacitação de Mulheres em Situação de Prisão da Secretaria de Estado da Mulher.
- Fórum Nacional de Alternativas Penais;
- Seminário de Justiça Criminal e Saúde Mental do Maranhão;
- XV Semana do Encarcerado;
- Capacitação sobre Proteção aos Direitos Humanos oferecido pela ESMAM.

4. **ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

O Programa Começar de Novo em 2014 foi campo de estágio de Serviço Social, dada a lotação de 02 assistentes sociais na Divisão do Programa. Foi recebida durante o ano 01 estagiária da Faculdade Atenas Maranhense, encaminhada pelo Núcleo de Estágio do Tribunal de Justiça, que permaneceu sob a supervisão direta do profissional de serviço social, no período de abril a outubro de 2014, cabendo destacar que a supervisão de estágio em serviço social é ***atribuição privativa do profissional de serviço social.***

Dada essa experiência no setor, foi elaborado o **Plano de Estágio Supervisionado**, conforme recomendação do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS/MA, documento esse, que estabelece parâmetros de inserção e norteia as atividades a serem realizadas pelo/a estagiário/a no decorrer do estágio curricular no Programa Começar de Novo.

5. **SÍNTESE DOS RESULTADOS DAS AÇÕES DO PROGRAMA COMEÇAR DE NOVO.**

- **03** Termos de Parceria assinados e consolidados: **PG Mineração, MASAN Serviços e SENAC;**

- **243** apenados/as atendidos na UMF, com realização de cadastro no Programa Começar de Novo para identificação das suas demandas com celeridade no encaminhamento e emissão de documentos de competência do Viva Cidadão;
- **317** encaminhamentos às instituições/órgãos parceiros, com destaque para o Viva Cidadão, Junta Militar, Tribunal Eleitoral, SINE, CRAS, Centro POP, Defensoria Pública, Fórum – Programa Pai Presente, CREAS;
- **1.539** documentos emitidos gratuitamente aos apenados/as;
- **16** apenados inseridos no mercado de trabalho com carteira assinada através da articulação do Programa Começar de Novo com empresas locais;
- **07** apenados pré-matriculados nos cursos do Programa SENAC Gratuidade – PSG através do Programa Começar de Novo.

6. ELEMENTOS FACILITADORES E DIFICULTADORES NA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES.

6.1. Elementos Facilitadores

- Sensibilidade dos gestores dos órgãos parceiros em relação as demandas apresentadas, considerando a especificidade do publico alvo;
- Busca de alternativas conjuntas TJ – Começar de Novo e órgãos parceiros para solucionar questões que dificultam o trabalho, sobretudo na emissão de documentos. O exemplo disso foi a disponibilização de equipe alternativa e utilização do método offline para emissão de RG, dada a impossibilidade da instalação da Unidade Móvel do Viva Cidadão no momento, com vistas a atender a demanda dos/as apenados/as que deveriam se inscrever nos cursos do PRONATEC e nos Cursos ofertados pelo “Projeto Juntando os Pedacos” da Secretaria da Mulher;
- Diálogo freqüente com profissionais da SEJAP e com outros órgãos, o que tem fortalecido as parcerias e ao mesmo tempo possibilita a tomada de decisões coletivas, sobretudo no que tange à qualificação profissional e documentação;
- Maior articulação com o FERJ e Cartórios do Estado e conseqüentemente maior agilidade na emissão de 2ª Via de certidões de nascimento ou certidões negativas;
- Articulação com a Corregedoria das Serventias, o que possibilitou o alinhamento de alguns procedimentos para viabilizar a emissão de certidão de nascimento de filhos de apenados – reclusos em regime fechado – sem a necessidade de entrar com

ação de reconhecimento de paternidade ou autorização do juiz para deslocamento do preso até o cartório.

6.2. Elementos Dificultadores

6.2.1. Documentação Básica

Em relação à ***emissão de documentos***, as dificuldades encontradas se referem à:

- Número reduzido de assistentes sociais nas unidades prisionais e grande demanda para o profissional, o que dificulta o levantamento de informações para realização das ações do Começar de Novo no interior das unidades;
- Disponibilidade de espaço físico adequado dentro do Complexo Penitenciário para instalação da Unidade Móvel do Viva Cidadão;
- Escolta para acompanhamento dos presos até o local de instalação da Unidade Móvel ou mesmo ao local onde encontra-se a instalação da equipe alternativa²;
- Informações pouco fidedignas dos/as apenados/as quanto aos dados necessários para busca de 2ª via de certidões de nascimento junto aos cartórios, gerando uma grande quantidade de emissão de certidões negativas, o que também representa um custo desnecessário aos cartórios, tanto de recursos humanos por ocasião da busca, quanto financeiro, dada a utilização do selo fornecido pelo FERJ;
- Falta da certidão de nascimento dos apenados que vão emitir RG pela primeira vez ou que estão com dados de identificação incompletos;
- Prontuários dos presos não atualizados (falta de cópia dos documentos pessoais nos prontuários);
- Falta de compreensão dos apenados a cerca da importância da documentação civil básica durante o período que estão na condição de reclusos;
- Existência das facções que interferem diretamente no fazer profissional das equipes, obrigando-os/as a adotar estratégias que não otimizam o tempo previsto para a ação.

² Equipe formada por servidores do Viva Cidadão em substituição à Unidade Móvel, utilizando o método off line, ou seja, a emissão dos documentos é feita manualmente em ficha própria e posteriormente inserida nos sistemas de cada órgão (Junta Militar, Instituto de Identificação e outros) com emissão posterior.

6.2.2. Vaga de Trabalho

Em relação à vaga de trabalho, as dificuldades encontradas se referem à:

- Falta de sensibilidade do empresariado local à questão;
- Não comprometimento dos secretários estaduais com a efetivação da lei;
- Ausência de uma legislação clara, com penalidades, face o não cumprimento ao estabelecido;

6.2.3. Formação Básica e Qualificação Profissional

- A frágil implementação do Plano de Educação na Prisões, face a estrutura física das unidades que não dispõe de espaços para implantação de salas de aula;
- Baixa escolaridade dos apenados, o que dificulta a inserção destes nos cursos ofertados pela rede capacitadora, a exemplo do Sistema S, visto que, para a maioria dos cursos ofertados, a escolaridade mínima exigida, é o ensino fundamental completo, com exigência de comprovação através de Certificado ou Declaração de Escolaridade;
- Pouco investimento em cursos de qualificação profissional dentro das unidades prisionais, dado que ao sair do regime fechado, o/a apenado/a apresenta como prioridade no rol das suas necessidades, o desejo de ter um emprego de preferência de carteira assinada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Começar de Novo iniciou 2014 desenvolvendo suas ações à luz do Plano de Ação da Divisão, porém no percurso da sua implementação, foi se redesenhando novas estratégias, dada as demandas apontadas pelo cenário do sistema carcerário, exigindo alternativas emergenciais para contribuir no enfrentamento da crise.

Isso se expressou na busca de alternativas para emissão de Carteiras de Identidade, através do método off line para atender a demanda dos/as apenados/as que deveriam se inscrever em cursos de qualificação profissional, o que por sua vez fortaleceu o diálogo e a parceria com profissionais da SEJAP e com outros órgãos, ao mesmo tempo em que possibilitou tomada de decisões coletivas, sobretudo no que tange a essa Ação.

Outra linha de Ação que contou com forte participação da Divisão do Programa Começar de Novo, foi a efetivação da Lei 9.116/2010, com estudos, coleta de material (editais de licitação, pareceres e outros) mobilização de parceiros e reuniões para discussão de estratégias para sua implementação, trazendo outros sujeitos para o debate, a exemplo da Defensoria Pública, Procuradoria Geral do Estado e representação do Gabinete da Governadora Roseana Sarney.

Desta forma, conclui-se que das **12 Ações previstas** para dar conta dos 05 projetos sob a responsabilidade da Divisão do Programa Começar de Novo – **Projeto 06** – Documentação; **Projeto 07** – Vagas de Trabalho; **Projeto 08** – Educação/Capacitação Profissional; **Projeto 09** – Implantação do Programa Começar de Novo nas Comarcas do Maranhão; **Projeto 16** – Medidas Socioeducativas, **83% foram implementadas**, porém algumas não implementadas na sua totalidade, visto que apenas **58% das estratégias previstas foram efetivadas**, o que nos sugere:

- Revisão das ações para 2015, inserindo no Plano, somente ações exeqüíveis para o exercício;
- Definir ações e estratégias compatíveis com o número de servidores lotados na Divisão do Programa Começar de Novo.

Quanto ao conjunto de indicadores de resultados previstos, na sua maioria foram observados e estão registrados neste documento.

Destaca-se que as Ações previstas para efetivação do **Projeto 09 – Implantação do Programa Começar de Novo nas Comarcas do Maranhão**, não foram implementadas, o que de certa forma contribuiu para o não alcance de 100% das ações. Tratava-se de uma Ação que dependia de recursos financeiros para deslocamento de servidores aos municípios ou dos servidores das Comarcas até a Capital para iniciar um Diálogo sobre a implantação do Começar de Novo em algumas Comarcas, não possível para o momento.

Ademais, observou-se que dos nomes indicados pelos juízes para a interlocução e execução das Ações do Começar de Novo nas Comarcas, tratavam-se na maioria, de Secretários Judiciais, o que de antemão traz uma sobrecarga de trabalho para esses servidores. Daí sugere-se que tais indicações sejam reavaliadas, quando da retomada dessa Ação.

Outras ações previstas e não implementadas na sua totalidade, foram às relacionadas ao **Projeto 16 – Medidas Socioeducativas**. Dada essa avaliação iniciou-

se um diálogo com a Coordenadoria da Infância e Juventude, entendendo-se que o monitoramento das **Medidas Socioeducativas** está mais afeto a esse órgão, na perspectiva de que este acompanhamento gradualmente se constitua de sua competência.

Dado esse cenário, registrado em 2014, **aponta-se para 2015**, a necessidade de fortalecer as ações voltadas para a **qualificação profissional**, sensibilizando a gestão do executivo para a necessidade de maior investimento na implementação do Plano de Educação nas Prisões ou outro mecanismo que viabilize a escolarização de reclusos/as, visando melhorar a inserção destes nos cursos de qualificação profissional e se **aprimore os mecanismos de inserção de apenados no mercado de trabalho**.

Recomenda-se ainda, especial atenção aos aspectos facilitadores no sentido de aprimorá-los e aos aspectos **que dificultaram** algumas ações no sentido de incluí-los no diálogo com a rede parceira e com os órgãos competentes por solucionar as situações apresentadas como dificuldades no decorrer do processo de implementação das ações da Divisão do Programa Começar de Novo.

São Luís, 27 de janeiro de 2015.

Ariston Apoliano Chagas Júnior
Coordenador Executivo da UMF

Ana Lúcia Ramos Araújo
Chefe da Divisão do Programa Começar de Novo

Equipe Técnica

Flávia Miranda Costa
Assistente Social – CRESS Nº 2584

Jercenilde Cunha Silva
Assistente Social – CRESS Nº 1843